

# CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9ª Sessão Ordinária de 2016

**(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 29/04/2016, págs. 1/16)**

Dia: 10/05/16

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

## **PAUTA DESTA SESSÃO**

### **PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS**

1. Aprovação da Ata da 8ª Sessão Ordinária (26/04/2016).

#### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedido de Vista em 24/02/2015

2. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

##### Pedidos de Vista em 14/04/2015

3. Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67

Proponente: Conselheiro Almino Afonso

Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

4. Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10  
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

5. Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 13/10/2015

6. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE n.º 122/1994.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/10/2015

7. Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42  
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

8. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87  
Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o nº 20K00489448.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 24/11/2015

9. Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24  
Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública  
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
10. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Dirceu Dresch  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica  
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Cons. Otavio Brito Lopes  
Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Cons. Esdras Dantas de Souza

### Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

#### 11. Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)

Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Piauí  
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

### Pedido de Vista em 26/01/2016

#### 12. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa  
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955  
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Tocantins  
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

### Pedidos de Vista em 27/01/2016

#### 13. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio  
Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

#### 14. Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

### Pedido de Vista em 15/03/2016

#### 15. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

### Pedido de Vista em 12/04/2016

#### 16. Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

### Pedido de Vista em 26/04/2016

#### 17. Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000446/2015-29 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001296/2012-28)

Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Advogado: Francisco Maia Pinto Filho – OAB/CE n.º 16.275  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente pedido Revisão de Processo Disciplinar e determinou a aplicação da pena de suspensão, por 90 (noventa) dias, a membro do Ministério Público do Estado do Ceará.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

#### 18. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

19. Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU

Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163

Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU

Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

20. Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001034/2014-25

Requerente: Erika Kokay – Presidente da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Câmara dos Deputados

Interessado: Kedilson de Oliveira Barbosa

Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público Federal no Estado do Amazonas

Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público do Estado do Amazonas e do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas em apurar denúncia de crime sexual envolvendo menor, formalizada àqueles órgãos no ano de 2004.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Manaus

21. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001160/2014-80 (Apenso: Processos n.º 0.00.000.000412/2012-91 e n.º 0.00.000.001633/2013-68)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho

Advogado: Rafael da Cás Maffini – OAB/RS n.º 44404

Assunto: Questão de Ordem em processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

22. Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27

Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em face de alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele órgão.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Espírito Santo

### **Processos desta Sessão (10/05/16)**

23. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001000/2012-79  
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Acompanhamento de Cumprimento de Decisão. Ministério Público do Estado do Ceará. Regularização do quadro de pessoal.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Ceará
24. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000155/2013-79  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
25. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000227/2013-88  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da República no Estado da Bahia  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
26. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000274/2013-21  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região/PI  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região/PI.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
27. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000280/2013-89  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

28. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000330/2013-28  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 no Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
29. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000400/2013-48  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Piauí  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Piauí.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
30. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000812/2013-88  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 no Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
31. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000818/2013-55  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho no Estado da Bahia  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP n.º 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
32. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001484/2013-37  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Piauí  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
33. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001495/2013-17  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Piauí  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal



34. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001538/2013-64  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
35. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001542/2013-22  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado da Bahia  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
36. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001560/2013-12  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso do Sul  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
37. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001561/2013-59  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
38. Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001575/2013-72 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000032/2013-38)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Advogados: Maurício Rosado Xavier – OAB/RS n.º 49.780; Rafael da Cas Maffini – OAB/RS n.º 44.404  
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Distrito Federal
39. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001579/2013-51  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPT – Ministério Público do Trabalho na Bahia – PRT/5ª Região  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

40. Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001632/2013-13  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
41. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001792/2013-62 (Recurso Interno)  
Recorrente: Samuel Elanio de Oliveira – Procurador de Justiça  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento dos autos, nos quais é requerido o controle quanto ao não pagamento de indenização relativa aos períodos de férias não gozadas por motivo de necessidade de serviço, sob o argumento de que ocorrera prescrição.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Ceará
42. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000175/2014-21 (Recurso Interno)  
Recorrente: Vicente da Frota Cavalcante – Procurador de Justiça  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão monocrática que determinou o arquivamento dos autos, nos quais é requerido o controle quanto ao não pagamento de indenização relativa aos períodos de férias não usufruídas no decorrer da atividade funcional, por motivo de necessidade de serviço, que foi indeferido sob o argumento de que ocorrera prescrição.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Ceará
43. Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001420/2014-17 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente o feito, para determinar ao Ministério Público do Estado de Pernambuco que, no prazo de 90 (noventa) dias, adeque o sistema de gestão de autos Arquimedes para que haja a distribuição automática, imediata e impessoal dos processos e representações.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Pernambuco
44. Pedido de Providências n.º 0.00.000.000371/2015-86  
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA.  
Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/DF n.º 32.190; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Gabriel Ciríaco Lira – OAB/DF 47.2012  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em relação às medidas tomadas pelo mencionado Parquet que contribuíram para inviabilizar a realização da etapa brasileira de Fórmula Indy em Brasília.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: São Paulo

45. Proposição n.º 0.00.000.000466/2015-08  
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que altera o art. 36, § 1º, do RICNMP.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
46. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000097/2016-26 (Recurso Interno)  
Recorrente: Paulo César dos Reis Sales – OAB/RJ n.º 43.371  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Rio de Janeiro
47. Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000222/2016-06 (Recurso Interno)  
Recorrente: Jacob dos Santos Moraes  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amazonas  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Amazonas

## **PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS**

### Processos com Pedidos de Vista

#### Pedido de Vista em 24/11/2015

1. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08  
Requerente: Paulo Eduardo Bueno  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

#### Pedidos de Vista em 27/01/2016

2. Proposição nº 1.00059/2015-09  
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Cons. Fábio Bastos Stica

3. Proposição nº 1.00126/2015-31  
Proponente: Jarbas Soares Júnior  
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 26/04/2016

4. Pedido de Providências nº 1.00066/2015-84  
Requerente: Rinaldo Reis Lima  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Sustação. Alteração. Lei Orgânica. Resolução. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Competência Exclusiva. Procurador-Geral de Justiça.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
5. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00101/2015-74  
Requerente: Márcio Hedmann Blasius  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Controle. Quantidade. Cargos Comissionados. Gastos com Pessoal. Prejuízo. Nomeação. Aprovados em Concurso Público. Ministério Público do Estado de Santa Catarina.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes
6. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00407/2015-02  
Requerente: Luciano Almeida Maracajá  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba  
Advogados: José Edísio Simões Souto – OAB/PB n.º 5.405; Eduardo Henrique Farias da Costa – OAB/PB n.º 12.190; Felipe de Brito Lira Souto – OAB/PB n.º 13.339; Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto – OAB/PB n.º 14.916  
Objeto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo nº 001.2014.005402 – CGMP/PB, originário da Corregedoria Geral do Estado da Paraíba.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Paraíba  
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

7. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00087/2016-17  
Requerente: Gustavo Lins Tourinho Costa  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Revogação. POR-PGJ nº 244/2016. Designação do requerente. Exercício Cumulativo. 3ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Petrolina. Ilegalidades. Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
8. Nota Técnica nº 1.00174/2016-47  
Proponente: Antônio Pereira Duarte  
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial  
Objeto: Discute o alcance do Projeto de Lei 3.722/2012 que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo. Analisa possíveis reflexos sobre a tutela da segurança pública.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

#### Processos Remanescentes

##### Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (10/11/2015)

9. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00233/2015-50  
Requerentes: Adriana Silveira Machado; Fabio Leal Cardoso; Junia Soares Nader; Vera Regina Della Pozza Reis  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Procuradoria Geral do Trabalho. Anulação da Decisão nos autos do IC nº 000381.2009.03.003/3. Preservação da decisão colegiada exarada pela Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal

##### Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

10. Proposição nº 1.00333/2015-96  
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP  
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal

##### Incluído na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

11. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49  
Requerente: André Luís Alves de Melo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Minas Gerais

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

12. Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária (15/03/2016)

13. Pedido de Providências nº 1.00380/2015-58

Requerente: Eduardo Libardoni

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Portarias. Procuradoria da República no Município de Chapecó. Plantão Institucional fora do horário de expediente. Indenização por horas trabalhadas. Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária (12/04/2016)

14. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56

Requerente: Deusdedith Ferreira Araújo – OAB/RR n.º 550

Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima

Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Roraima

15. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00307/2015-77 (Apensos: Processos n.ºs 1.00329/2015-73; 1.00330/2015-25; 1.00004/2016-90; 1.00005/2016-43)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Município de Três Rios. Denúncia do Juízo da Vara Federal. Processos sem movimentação por parte de membro do Parquet. Inércia. Desídia. Arquivamentos pela prescrição da pena em abstrato ou pela ausência de interesse de agir.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Rio de Janeiro

### Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

16. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00008/2016-04  
Requerente: Atalício Novaes  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Inércia. Andamento. Reclamação. Apuração de suposto caso de violência física e psicológica sofrida por criança em escola do Município de Santos.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: São Paulo
17. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00025/2016-32  
Requerente: Willian Guedes Ferreira  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Determinação. Remoção do Requerente para a Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Suspensão da escolha relativa à Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Desconstituição de ato do Diretor-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: São Paulo
18. Remoção por Interesse Público nº 1.00084/2016-56  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá  
Advogado: Adriano Fonseca dos Reis – OAB/AP n.º 2301  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá. Promotoria de Defesa do Consumidor. Inspeção. Diminuta produtividade extrajudicial. Inexistente movimentação judicial. Comunidade local reclama de atuação deficiente e falta de receptividade às demandas apresentadas. Remoção para outra unidade ministerial do Ministério Público do Estado do Amapá.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Amapá

### Processos desta Sessão (10/05/2016)

19. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00273/2015-39  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 118/2015. Instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Ausências em Sessões Extraordinárias do Colégio de Procuradores de Justiça.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Ceará
20. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00296/2015-99  
Requerente: Flávio Bussab Della Líbera  
Advogado: Cassiano Figueira Marques de Oliveira – OAB/AC n.º 1.672  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Suspensão. PADs nº 01/2015, 02/2015, 03/2015 e 04/2015. Declaração de ilegalidade da Resolução 022 e 023. Suspensão do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000337/2015-10.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Acre

21. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00336/2015-57  
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Afastamento da exigência contida no art. 1º, do Ato nº 24/2015-PGMP e no art. 7º, § 2º, do Ato 20/2014-PGMP.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Bahia
22. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00350/2015-14  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Decisão exarada na Reclamação Disciplinar nº 1.00.000.000.00087/2014-29.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Mato Grosso do Sul
23. Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00354/2015-39  
Requerente: Aristides Silva Pinheiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Processo 012/2014.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Piauí
24. Proposição nº 1.00384/2015-72  
Proponente: Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das políticas públicas ambientais.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
25. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00446/2015-37  
Requerentes: Aldirla Pereira de Albuquerque; Paulo Sergio Ferreira Filho  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Leonardo Gonçalves Juzinskas  
Objeto: Anulação de ato administrativo. Decisão que determinou a observância da classificação do concurso como tempo de serviço para integrar a lista de antiguidade. Procedimento Administrativo nº 1.00.000.018175/2015-11. Concurso de remoção.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal



26. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00452/2015-67 (Apenso: Processo nº 1.00086/2016-63)  
Requerente: Raulino Maracaja Coutinho Filho  
Advogado: Adair Borges Coutinho Neto – OAB/PB nº 12.441  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ilegalidade. Portaria nº 829/2015. Ameaça de desfazimento da unidade familiar. Lotação provisória do requerente na PTM de Campina Grande/PB. Procuradoria Geral do Trabalho.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
27. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00031/2016-62  
Requerente: Associação do Direito e Cidadania de Araguari – ADICA  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Omissão. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Apuração. Denúncia de Irregularidades. Gestão Municipal na área da saúde. Município de Araguari/MG.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Minas Gerais
28. Proposição nº 1.00036/2016-30  
Proponente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Alteração da Resolução CNMP nº 94 que disciplina o "Prêmio CNMP". Inclusão de nova categoria.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
29. Pedido de Providências nº 1.00054/2016-12 (Recurso Interno)  
Recorrente: Júlio César Martins de Bessa  
Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Arquivamento de representações. Certame licitatório. Solicitação de desarquivamento e regular prosseguimento das representações.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
30. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00064/2016-67 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Desconstituição de ato. Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Processo Administrativo nº 00001.01104/2015-4. Ajuda de Custo. Remoções Voluntárias. Violação a princípios da Administração Pública.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Rio Grande do Sul

31. Arguição de Impedimento ou Suspeição nº 1.00086/2016-63  
Requerente: Ronaldo Curado Fleury  
Requerido: Conselheiro Otavio Brito Lopes  
Objeto: Requer nulidade de decisão liminar proferida pelo Conselheiro Otavio Brito Lopes no Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00452/2015-67, que tem o efeito de reafirmar o conteúdo da decisão proferida por ele mesmo nos autos do Processo PGT nº 08130.001949/2011, quando do exercício do cargo de Procurador-Geral do Trabalho, no ano de 2011.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
32. Pedido de Providências nº 1.00092/2016-93  
Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva  
Advogados: Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Rafael Borges – OAB/RJ n.º 141.435; Nilo Batista – OAB/RJ n.º 187-B; Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730; André Nascimento – OAB/RJ n.º 99.026; Maria Luiza Gorga – OAB/SP n.º 328.981  
Requerido: Procuradoria da República no Distrito Federal  
Objeto: PIC nº 1.16.000.000991/2015-08. 1º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República do Distrito Federal. Negativa de acesso ao feito e de deferimento de cópias. Irregularidade em redistribuição posterior ao 5º Ofício do mesmo Núcleo. Disponibilização da íntegra dos autos ao conhecimento de revista de circulação nacional.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Distrito Federal
33. Proposição nº 1.00119/2016-48  
Proponente: Walter de Agra Júnior  
Objeto: Proposta de resolução que disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
34. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00140/2016-99  
Requerente: Fernando Antonio Alves da Cunha Junior  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido administrativo SIMP nº 003.0.122486/2015 referente à suspensão do pagamento de auxílio alimentação durante período de licença saúde. Falta de cronograma de pagamento. Decisão exarada no PCA 0.00.000.001746/2013-63.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Bahia
35. Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00166/2016-00  
Requerente: Gislene Moreira da Silva Pacheco  
Advogado: Marcondes de Araújo Silva – OAB/MG n.º 143.492  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 6ª Promotoria de Justiça. Comarca de João Pinheiro. Inércia. Apuração de denúncia. Abuso de menor.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Minas Gerais

36. Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00211/2016-44

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Interessado: Douglas Teixeira Lacerda

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Suspensão dos efeitos da Portaria nº 118/2015. Atividades dos servidores (atribuições dos cargos). Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Bahia

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**